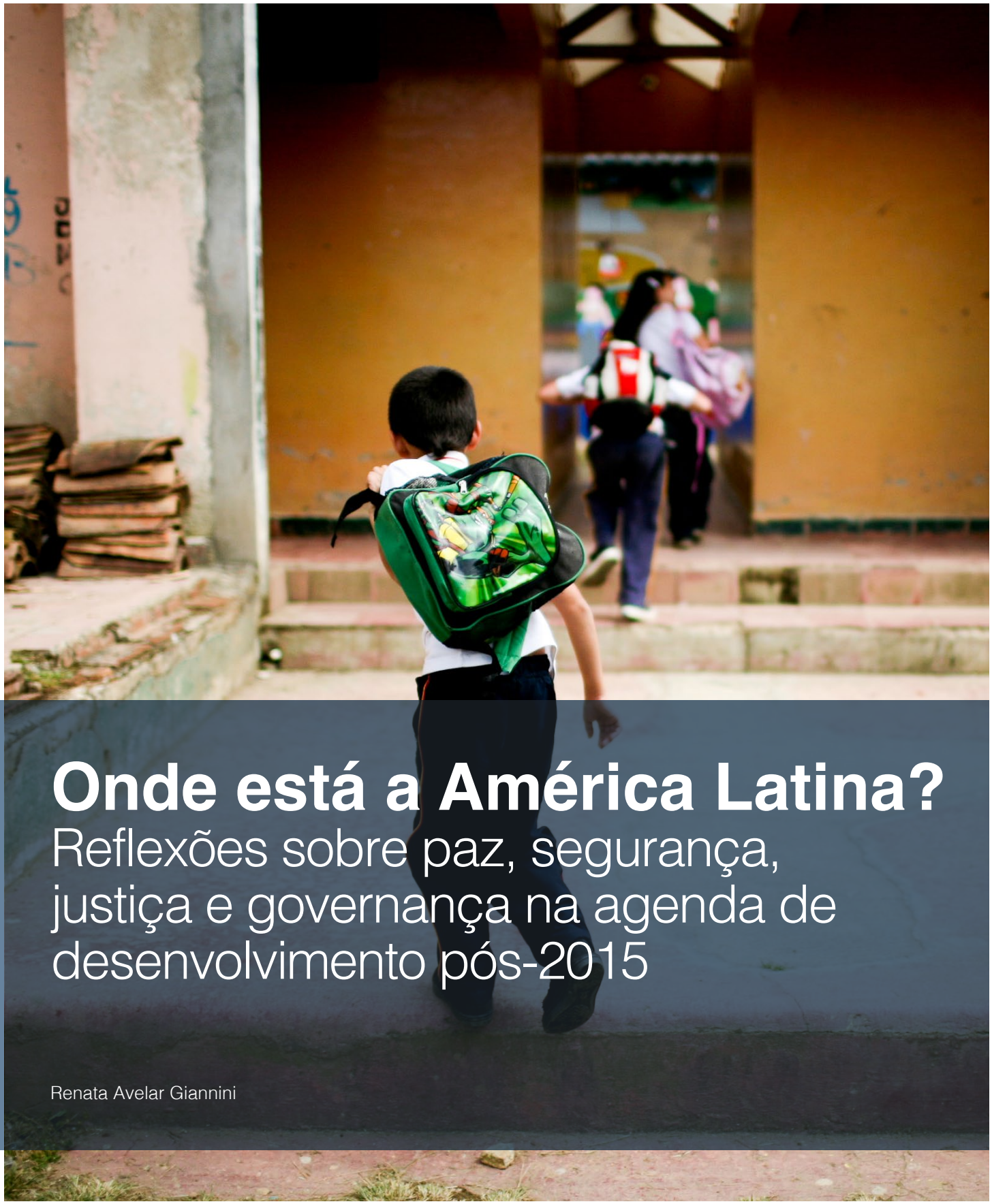
IGARAPÉ INSTITUTE
a think and do tank

ARTIGO
ESTRATÉGICO
17
OUTUBRO 2015



Onde está a América Latina?

Reflexões sobre paz, segurança, justiça e governança na agenda de desenvolvimento pós-2015

Renata Avelar Giannini

Sumário

Introdução **01**

1. A inclusão de paz, segurança, acesso à justiça e governança na agenda de desenvolvimento pós-2015 ..... **03**

2. O contexto latino-americano **06**

3. Convergências e divergências com relação ao ODS 16 na América Latina **08**

4. Lições para compartilhar: da América Latina para o mundo **13**

Reflexões finais **19**

Referências **20**

Um estudante corre para a aula. Colômbia. Foto: Charlotte Kesl / Banco Mundial

Resumo

Os governos e as sociedades latino-americanas desempenharam um papel ativo na concepção da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. No entanto, o compromisso da região tem sido limitado em relação ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16, sobre sociedades pacíficas e inclusivas, acesso à justiça e governança. Este Artigo Estratégico identificou uma contradição entre os alarmantes níveis de violência e crime na América Latina e a importância relativamente baixa que se conferiu ao ODS 16 durante as negociações intergovernamentais que se iniciaram em 2013. Os diplomatas da região se engajaram de maneira distinta com os temas centrais do ODS16, conferindo prioridades distintas a cada um deles, como a justiça, o Estado de Direito, a segurança ou a governança. Alguns governos se mostraram preocupados com a possibilidade de que o ODS 16 contribuísse para "securitizar" o desenvolvimento ou desviar a ajuda ao desenvolvimento de outras prioridades mais fundamentais. Não se conseguiu um consenso regional sobre o ODS 16, ainda que os governos da região tenham apoiado a versão lançada pelo Grupo de Trabalho Aberto (GTA) em 2014. Por outro lado, a América Latina é um centro de inovação, com ampla experiência no que diz respeito à prevenção da violência, promoção de serviços de justiça e de boa governança. Este artigo apresenta algumas opções para que governos e sociedade civil identifiquem e compartilhem lições regionais para o mundo.

Onde está a América Latina?

Reflexões sobre paz, segurança, justiça e governança na agenda de desenvolvimento pós-2015

Renata Avelar Giannini[1]

Introdução

A nova agenda global para o desenvolvimento[2] proporciona uma abordagem potencialmente transformadora, inclusiva e o universal para o período de 2015 a 2030. Em vez de se concentrar exclusivamente no Sul Global, a agenda apresenta uma visão audaciosa e inclusiva para "não deixar ninguém para trás". Porém, a criação de uma agenda tão ambiciosa para o desenvolvimento envolve imensos desafios. Para maximizar as chances de sucesso, será preciso equilibrar suas aspirações elevadas com o que pode ser implementado, financiado e monitorado de maneira realista. Caso contrário, a agenda corre o risco de ser considerada irrelevante, ambígua ou, no pior dos casos, ser abandonada.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao enfatizarem temas heterodoxos que estavam ausentes ou pouco representados no paradigma global para o desenvolvimento existente até então, representam um avanço audacioso. Além de incluir novos tópicos, como desigualdade, gênero e energia, eles contam com um objetivo referente à paz, segurança, acesso à justiça e governança. Mais especificamente, o Objetivo 16 (ODS 16) busca de forma explícita "promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis". A finalidade principal é equilibrar uma perspectiva universalista com medidas que possam ser adaptadas às necessidades e realidades regionais, nacionais ou locais.

Apesar do recente avanço conceitual incentivado pela Organização das Nações Unidas (ONU)[3] e o Banco Mundial[4], alguns governos ainda não veem os pilares da paz, segurança, justiça e governança como princípios fundamentais do desenvolvimento sustentável. O caminho para incluir essas questões na agenda de desenvolvimento pós-2015 está repleto de desafios, já que leva à incorporação de termos e objetivos que são considerados politicamente controversos por algumas partes interessadas e de critérios de mensuração que são de difícil monitoramento.

Na América Latina, governos e sociedade civil têm muito a ganhar garantindo que segurança, justiça e governança estejam no centro de um novo paradigma de desenvolvimento para o século XXI. Embora a região ainda sofra com níveis epidêmicos de violência que dificultam uma trajetória de crescimento que seja inclusiva e contínua, houve avanços importantes, especialmente em relação à redução da pobreza extrema e à manutenção do crescimento econômico. Os países da América Latina também possuem uma experiência considerável que pode ser relevante e

1 A autora agradece Ivan Campbell, Katherine Aguirre, Nathan Thompson, Robert Muggah e Thomas Wheeler pelas valiosas contribuições para este artigo. Robert Muggah também participou como supervisor e editor. Uma versão anterior deste artigo foi apresentada no evento do CIC/Instituto Igarapé em Nova York, em janeiro de 2015, nos Diálogos de Segurança Cidadã do Instituto Igarapé/FIP, em março de 2015 e no Seminário Agendas Globales sobre el Desarrollo y la construcción de sociedades pacíficas e inclusivas, organizado pelo CEPEI, em julho de 2015 em Bogotá, Colômbia. Agradecemos em especial à organização Saferworld pelo apoio intelectual e financeiro concedido a esta iniciativa.

2 Nações Unidas (2014)

3 Alguns exemplos são o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o Relatório da Força-Tarefa da ONU, o Relatório do Painel de Alto Nível, e o Relatório do Pacto Global da ONU.

4 Banco Mundial (2011)

aplicável de forma mais ampla no resto do mundo. A região tem um histórico de avanços consistentes na área de desenvolvimento, sobretudo com relação à construção da paz, questões de justiça social, redução da pobreza e diversas outras áreas, incluindo sua experiência na mensuração e no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A experiência adquirida nessas esferas pode ser adaptada a outras regiões, especialmente em relação ao monitoramento e à avaliação do progresso efetivo da agenda pós-2015.

Este Artigo Estratégico 1) mapeia várias tendências importantes a partir de uma análise das posições dos países latino-americanos durante o processo de negociação da agenda pós-2015; 2) identifica áreas prioritárias relacionadas ao ODS 16; e 3) aponta as lições aprendidas que provavelmente serão a chave para a implementação do paradigma de desenvolvimento que está por vir. O artigo se baseia em uma extensa análise de discurso das declarações feitas pelos países latino-americanos ao longo das negociações intergovernamentais do processo pós-2015 e em análises qualitativas de fontes primárias, como documentos originais e entrevistas. As principais conclusões são as seguintes:

- Desde o princípio do processo formal de negociações (janeiro de 2015), os países latino-americanos alinharam suas declarações às do Grupo dos 77 e China e às da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Identificou-se uma posição regional em relação ao conteúdo geral da Declaração, os 17 objetivos e 169 metas, os meios de implementação e o processo para definir indicadores. A principal prioridade da região é a erradicação da pobreza e, em certa medida, o fim da desigualdade e da exclusão social.

- Há uma incongruência entre o engajamento relativamente limitado da América Latina com os temas do ODS 16 e a realidade local. Apesar de muitos países da região sofrerem com altíssimas taxas de violência e vitimização, o ODS 16 não surgiu como uma área prioritária. Aliás, alguns questionam a relação entre altos níveis de insegurança e avanços reduzidos na área de desenvolvimento, sugerindo que a tendência inversa pode ocorrer. Em outras palavras, argumenta-se ao se combater a pobreza e a desigualdade (consideradas as causas principais da violência e de conflitos), os níveis de insegurança podem cair.

- Não surgiu um posicionamento regional uniforme a respeito do ODS 16 durante as negociações intergovernamentais. No entanto, podem-se identificar algumas prioridades comuns, como a incorporação da dimensão internacional do Estado de Direito e da governança ao novo paradigma de desenvolvimento.

- Alguns países latino-americanos promoveram o ODS 16. Diversos deles – incluindo Chile, Costa Rica, Guatemala, México e Peru – endossaram a sua formulação atual. Outros, entre eles Brasil e Colômbia, apoiaram o objetivo mas manifestaram algumas ressalvas. Um terceiro grupo, composto por Argentina, Cuba e Venezuela, demonstrou preocupações mais sérias.

- Muitos países latino-americanos defenderam conceitos alternativos para lidar com os elementos específicos propostos para o ODS 16. Por exemplo, o Brasil e outros países preferem o conceito de "acesso à justiça" ao de "Estado de Direito". Da mesma forma, alguns países latino-americanos mencionam "combate à corrupção e transparência" em vez de "governança". Outros enfatizam que o conceito de "segurança" não distingue sua dimensão doméstica e internacional.

- Enquanto isso, muitos países latino-americanos implementaram novas políticas e programas para lidar com as causas da violência, ainda que estes não sejam comumente enaltecidos. Uma melhor articulação entre políticas domésticas e externas pode proporcionar uma plataforma importante para compartilhar lições aprendidas e, simultaneamente, disseminar um aspecto-chave de implementação. Os países latino-americanos detêm a capacidade de medir e monitorar o progresso em áreas relacionadas à prevenção da violência, acesso à justiça e governança, áreas que serão cruciais para o monitoramento e implementação de uma agenda tão ambiciosa.

Este artigo está dividido em quatro partes. A primeira descreve as origens e o processo de negociação da agenda pós-2015, especialmente do ODS 16. A segunda mostra a evolução das posições latino-americanas. A seção seguinte explora as áreas de convergência e divergência entre os países latino-americanos, especificamente com relação ao ODS 16. A seção final apresenta uma seleção de boas práticas, com foco na mensuração e no monitoramento em áreas de segurança pública, justiça e governança. O artigo termina com uma reflexão sobre a importância do ODS 16 para enfrentar – e até mesmo reverter – a insegurança na América Latina.

1. A inclusão de paz, segurança, acesso à justiça e governança na agenda de desenvolvimento pós-2015

O processo de negociação da agenda pós-2015 promoveu uma dinâmica mais abrangente e aberta, um avanço em relação ao paradigma dos ODM, o qual enfatizava a redução da pobreza através de oito objetivos e 23 metas.[5] Os governos do Sul Global, em especial, exigiram um processo mais inclusivo, transparente, participativo e democrático. As rodadas de negociação em torno dos ODS conseguiram tornar os debates mais inclusivos, incorporando contribuições de governos, agências internacionais, organizações não governamentais e atores da sociedade civil. Entretanto, ficou claro que o caráter cada vez mais amplo da agenda, atualmente contendo 17 objetivos e 169 metas, resulta também em obstáculos para sua implementação e monitoramento, especialmente no caso de países em desenvolvimento que carecem dos recursos e capacitação necessários.[6] Em alguns casos, tais como o de direitos da comunidade LGBT e direitos reprodutivos e sexuais, as premissas da agenda pós-2015 estão aquém de compromissos assumidos internacionalmente.

O documento final, "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", parte do consenso estabelecido na Rio+20, em 2012, e articulou três dimensões complementares do desenvolvimento: econômica, social e ambiental. Um Grupo de Trabalho Aberto (GTA) composto por 30 membros ficou encarregado de preparar uma proposta para os futuros ODS.[7] Em consonância com a chamada "nova perspectiva de desenvolvimento", o GTA incluiu países de regiões diversas e com prioridades totalmente diferentes. Um sistema inovador de compartilhamento de assentos tornou o GTA – e o documento que ele produziu – um processo mais representativo.

Desde 2010, centenas de organizações não governamentais, agências da ONU e governos têm se reunido para defender com vigor os objetivos e metas que se tornariam a base dos novos ODS. Foram realizadas centenas de consultas, eventos e pesquisas em lugares e contextos altamente diversos. Vários relatórios foram elaborados por especialistas associados, incluindo os produzidos pelo Painel de Alto Nível (PAN),[8] pela Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável,[9] pelo *Global Compact* das Nações Unidas,[10] pelo Secretário Geral das Nações Unidas[11] e por outras agências, departamentos e comissões do Sistema ONU.[12] O GTA também preparou um documento final que foi a base para o processo formal de negociações entre os Estados-membros da ONU. Apesar de não ter conseguido limitar o número de objetivos e metas, o documento final do GTA é um marco importante e representa uma visão consensual.

Durante as negociações intergovernamentais, apesar dos debates quanto à necessidade ou não de dar continuidade ao processo de negociação do documento, sua redação sofreu poucas alterações. Estas se concentraram em questões relacionadas ao preâmbulo, aos modos de implementação e aos processos de acompanhamento e revisão e

5 Ver: The Economist, "Unsustainable Goals", março de 2015. Disponível em http://www.economist.com/news/international/21647307-2015-will-be-big-year-global-governance-perhaps-too-big-unsustainable-goals. Acesso: 08/06/2015.

6 Há uma preocupação crescente com as fases de monitoramento e implementação. Para medir o progresso, será necessário definir indicadores que estejam alinhados aos objetivos e metas. A agenda tem agora 17 objetivos e 169 metas, e os escritórios nacionais de estatística foram incumbidos da responsabilidade principal de monitoraros indicadores e informá-los às Nações Unidas. Muitos países em desenvolvimento precisarão fortalecer suas capacidades nacionais. A natureza inclusiva e transformadora desta agenda também dependerá da disposição dos países desenvolvidos para fornecer o apoio necessário, juntamente com agências internacionais, organizações da sociedade civil e outros atores-chave. Para análises mais aprofundadas sobre os indicadores, ver: Saferworld (2015).

7 A criação do GTA foi determinada pela Resolução da Assembleia Geral da ONU de número estadoA/67/L.48/rev.1 (22 de janeiro de 2013). Disponível em http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/67/L.48/Rev.1&Lang=E.

8 Nações Unidas (2013).

9 Sustainable Development Solution Network (2015).

10 United Nations Global Compact (2013).

11 Secretario Geral das Nações Unidas (2014).

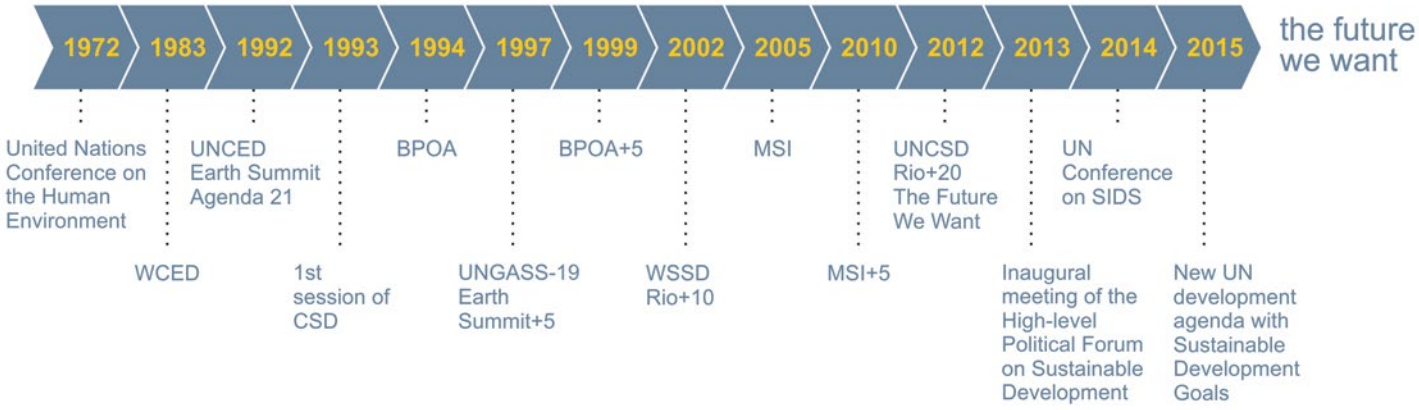
12 Escritório das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (2013).

Coletiva de imprensa sobre o documento final em preparação para a Cúpula da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.
UN Photo/Mark Garten

de comunicação. Em 2 de agosto, chegou-se a um acordo sobre o texto final, que foi endossado pelos chefes de Estado em setembro. Ele incorpora os objetivos e metas propostos pelo GTA, incluindo o controverso ODS 16. O preâmbulo salienta que os 17 objetivos e as metas a eles relacionados se concentraram em cinco áreas (os "5 Ps"[13]) que são cruciais para a humanidade, sendo uma delas a paz.

Enquanto isso, a Agenda de Ação de Adis Abeba,[14] negociada em paralelo, analisou seu aspecto financeiro e propôs ações e políticas concretas de implementação. Um Grupo Interinstitucional de Especialistas sobre indicadores dos ODS, composto por um grupo central de 27 escritórios nacionais de estatística, identificará indicadores globais para cada meta até março de 2016. O Fórum Político de Alto Nível (FPAN) desempenhará o papel fundamental de supervisão, assegurando que a Agenda 2030 continue a ser uma prioridade para os governos nacionais. Além de constituir uma liderança política, o Fórum também terá um papel de coordenação de todo o sistema, facilitando o compartilhamento de experiências e recomendações. O FPAN se reunirá a cada quatro anos para acompanhamento e revisão. Esse processo será reforçado por um Relatório de Progresso anual preparado pelo Secretário Geral, além de informações estatísticas fornecidas pelos sistemas nacionais e regionais.

Figura 1. Evolução da agenda internacional do desenvolvimento



Fonte: Plataforma de Desenvolvimento Sustentável

13 Os "5 Ps" são: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria.

14 Nações Unidas (2015).

Além de disputas relacionadas a direitos sexuais e reprodutivos, alguns tópicos se mostraram controversos, como a inclusão de objetivos sobre mudança climática e desigualdade. No entanto, foi um verdadeiro desafio finalizar o ODS 16. Originalmente, seus proponentes apresentaram dois objetivos – um sobre governança e justiça e outro sobre paz e tópicos relacionados.[15] Tendo em vista a natureza desses tópicos, o objetivo gerou muita discordância e foi o último a ser negociado antes da divulgação do documento final, em julho de 2014. Apesar dos desafios, a redação do ODS 16 reflete um longo processo de negociação e a prioridade dada à governança ("governo honesto e atuante") e à paz ("proteção contra o crime e a violência") por mais de 7,5 milhões de pessoas que votaram na pesquisa Meu Mundo (veja a Figura 1),[16] além das prioridades dos grupos regionais, como a Posição Africana Comum. O mais importante é que o objetivo e suas 12 metas passaram pelas negociações intergovernamentais quase sem alterações.

O ODS 16 prioriza estratégias para a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas (veja o Quadro 1). Ele inclui 12 metas, duas das quais estão relacionadas à implementação do objetivo. As demais enfatizam, entre outras prioridades, a redução dos níveis de violência e mortalidade, a melhoria da segurança pública, o maior acesso à justiça e a promoção de instituições de governança mais efetivas, transparentes e responsáveis.

O Grupo de Peritos sobre Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-ODS) está trabalhando na criação de indicadores adequados, com a participação de uma gama de grupos da sociedade civil, organizações internacionais e agências da ONU, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Equipe de Suporte Técnico da ONU e a Divisão de Estatística das Nações Unidas. Além disso, o Grupo de Escritórios Nacionais de Estatística de Praia City, especializado em estatísticas oficiais sobre governança, paz e segurança, foi designado para auxiliar na criação dos indicadores do ODS 16.

Tendo em vista que paz, justiça e governança foram aceitas e adotadas recentemente como focos universais de desenvolvimento, é um desafio chegar a um consenso sobre os indicadores que meçam a prestação de contas (accountability) ou o acesso à justiça.[17] Um primeiro passo seria aprender com aqueles que têm sido bem-sucedidos na mensuração desses itens e difundir as boas práticas.[18]

Quadro 1. O Objetivo 16 e suas metas

Objetivo 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares.

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos.

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados, e combater todas as formas de crime organizado.

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis.

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global.

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime.

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável.

15 Os dois objetivos, propostos pelo Painel de Alto Nível, foram o Objetivo 10 – Garantir a boa governança e instituições efetivas – e o Objetivo 11 – Garantir sociedades estáveis e pacíficas.

16 A proteção contra o crime e a violência está entre as principais preocupações dos cidadãos na América Latina. Cerca de 2 milhões de pessoas na região participaram da pesquisa.

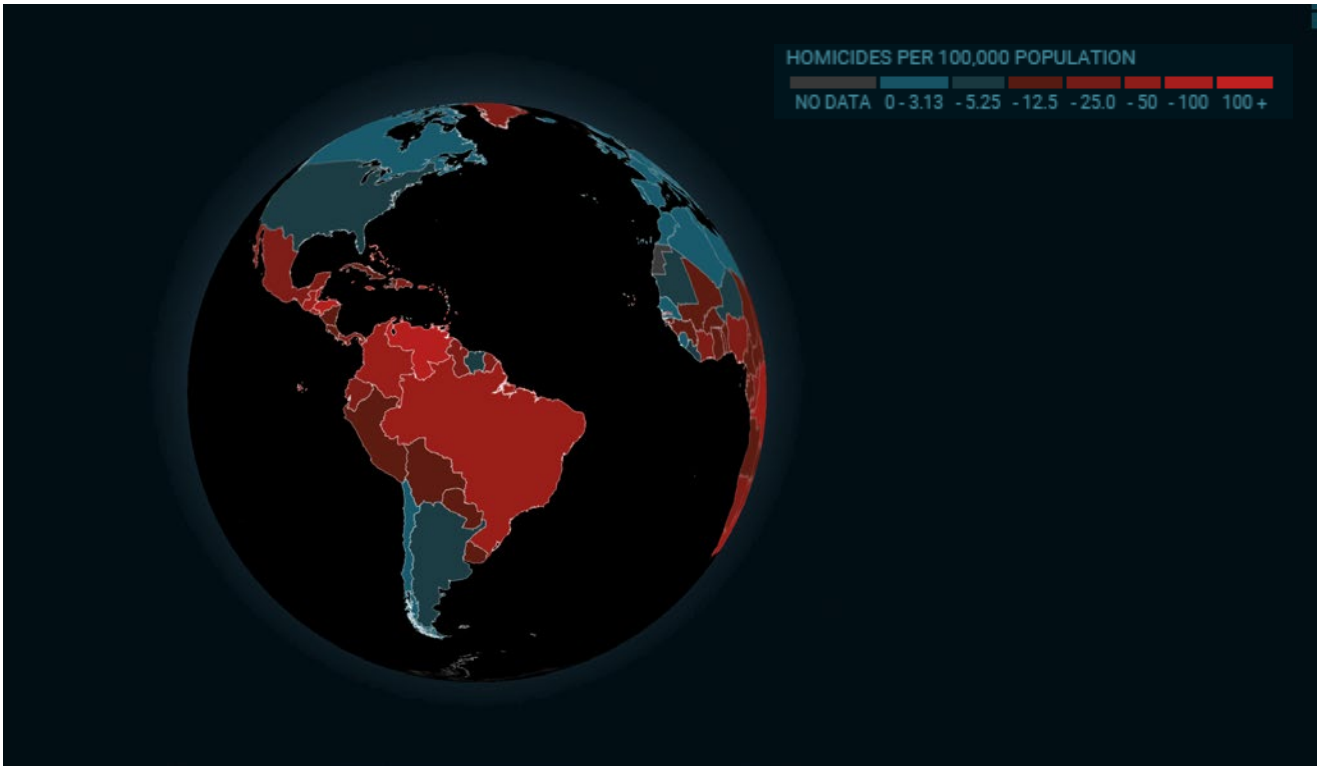
17 Uma iniciativa promissora é a Virtual Network of Stakeholders for the Development of Indicators for Sustainable Development Goal 16. Trata-se de uma rede virtual de especialistas cujos objetivos complementam os esforços empreendidos pela Equipe de Apoio Técnico (TST) e a Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, entre outros.

18 Ver exemplos apresentados no Quadro 5.

2. O contexto latino-americano

A maioria dos países da América Latina enfrenta desafios enormes nas áreas de segurança, justiça e governança. Apesar de contar com apenas 8% da população mundial, a região responde por 33% dos homicídios no mundo.[19] Brasil, Colômbia, México e Venezuela, que juntos têm apenas 5,4% da população mundial, são responsáveis por 25% do total de homicídios no mundo. Mais de 120 cidades apresentam taxas de homicídio superiores a 30 por 100 mil habitantes, uma frequência superior à das encontradas em algumas regiões de conflito (Objetivo 16.1). Embora o perfil das vítimas varie, a maioria é composta de jovens do sexo masculino com até 29 anos. O Brasil, por exemplo, está atrás apenas da Nigéria no que tange a homicídios de crianças e adolescentes (menores de 19 anos), com 11 mil casos anuais nessa faixa etária (Objetivo 16.2).[20]

O número estarrecedor de homicídios na região está diretamente associado a atividades ilícitas, especialmente ao tráfico de drogas e de armas. As armas de pequeno porte são o principal elemento nesta epidemia de homicídios; o seu fluxo e comércio ilícitos através das fronteiras da região intensificam esses padrões violentos (Objetivo 16.4).[21] Não é de surpreender que "proteção contra o crime e a violência" seja uma das prioridades dos cidadãos latino-americanos.



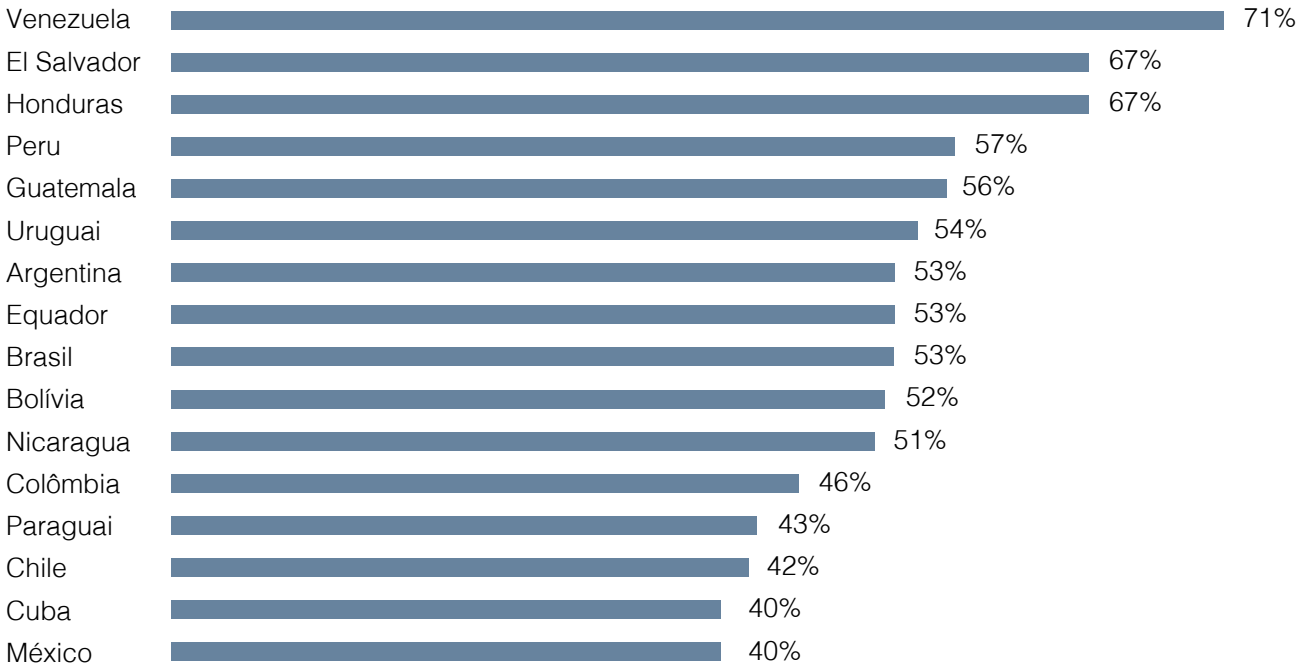
Fonte: Observatório de Homicídios (2015)

19 Ver o Observatório de Homicídios, do Instituto Igarapé. Disponível em http://homicide.igarape.org.br/.

20 Fundo das Nações Unidas para a Infância (2014).

21 Pesquisa disponível em: http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/A-Yearbook/2013/en/Small-Arms-Survey-2013-About-2-Cover-sheet-EN.pdf. Acesso: 16/07/2015.

Figura 2. Pesquisa Meu Mundo na América Latina: percentual de pessoas que consideram a "proteção contra o crime e a violência" uma prioridade



Fonte: Pesquisa Meu Mundo [22]

Apesar dos distintos graus de impacto observados, os governos e a sociedade civil de toda a região estão igualmente preocupados com a impunidade e a corrupção (objetivos 16.5, 16.6, 16.7): 43,6% dos cidadãos da América Latina escolheram um governo honesto e atuante como prioridade na pesquisa Meu Mundo.[23] A maioria dos países está mal colocada no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2014 da Transparência Internacional, e apenas três países da região estão entre as primeiras 50 posições (o Uruguai e o Chile ocupam a 21a posição; a Costa Rica está na 47a).[24]

A região também apresenta níveis cada vez mais elevados de encarceramento, geralmente em condições desumanas.[25] No Brasil, por exemplo, a população carcerária cresceu 74% nos últimos sete anos, sem que muitos detentos tenham recebido um julgamento justo ou, em alguns casos, sequer tenham sido julgados (objetivo 16.3).[26] A tendência geral na região segue a mesma direção. O índice de pessoas encarceradas por 100 mil habitantes nos países líderes no encarceramento de pessoas sem julgamento são de 175,6 no Uruguai, 120,7 no Peru, 98,1 no Paraguai, 98,2 no Brasil, 94,8 em El Salvador e 84,7 no México.[27]

Há uma necessidade urgente de melhorar a capacitação no setor judiciário. Vide, por exemplo, o índice de magistrados e juízes profissionais por 100 mil habitantes, em que a América Latina deixa muito a desejar. O Peru tem um índice de 2,6, seguido de perto pelo México com 4,2.[28] Os melhores índices pertencem à Costa Rica (26,4) e ao Paraguai (11).

Essa triste realidade se soma à desconfiança nutrida pela população da região com relação a seus governos, contribuindo para o sentimento geral de insegurança e desesperança.[29] Na verdade, 53% dos latino-americanos disseram que dificilmente seus governos resolverão os problemas de seus países nos próximos cinco anos, com os costarriquenhos liderando os céticos (73%) e os dominicanos sendo os mais otimistas (33%).[30]

22 Pesquisa disponível em http://vote.myworld2015.org/.

23 Pesquisa disponível em http://vote.myworld2015.org/. Acesso: 08/06/2015.

24 Ver: http://data.myworld2015.org/. Acesso: 14/07/2015.

25 Ver: http://www.transparency.org/cpi2014/results#myAnchor1. Acesso: 16/07/2015.

26 Noticias Terra (2015), "População carcerária do Brasil cresce 74% em 7 anos. Disponível em http://noticias.terra.com.br/brasil/populacao-carceraria-do-brasil-cresce-74-em-sete-anos,65bd725003fbe455111fad5db1acb633ib7iRCRD.html.

27 Ver: https://data.unodc.org. Acesso: 07/08/2015.

28 Ibid.

29 Latinobarometro (2013).

30 Ibid.p. 67.

3. Convergências e divergências com relação ao ODS 16 na América Latina

Os países latino-americanos não apresentaram uma posição consensual com relação ao ODS 16. Até o início das negociações, em janeiro de 2015, não havia uma posição comum na América Latina sobre a agenda de modo mais amplo. Enquanto alguns países manifestaram ativamente seu apoio ao ODS 16, outros resistiram veementemente à agenda e às suas premissas implícitas; extensas negociações foram necessárias para se chegar a um acordo sobre o texto do objetivo. Apesar dessa conquista, houve diferenças de opinião significativas e reais na região, especialmente em termos de prioridades regionais e nacionais.

Essas diferenças de opinião não são apenas de natureza geopolítica, mas representam visões divergentes sobre o próprio processo de negociação. Não surpreende que as principais vozes latino-americanas tanto a favor quanto contra o ODS 16 sejam de países com assentos no GTA, como a Colômbia, a Guatemala, o México e o Brasil (ver Quadro 2). O Chile e a Costa Rica também apresentaram uma posição incisiva favorável ao ODS 16. Por outro lado, alguns países, incluindo a Argentina e membros da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) – em especial Cuba, Bolívia e Venezuela –, mostraram-se muito céticos quanto ao Objetivo 16 e ao paradigma pós-2015 como um todo.

Quadro 2. Assentos da América Latina no Grupo de Trabalho Aberto

1. Colômbia/Guatemala
2. México/Peru
3. Brasil/Nicarágua
4. Argentina/Bolívia (Estado Plurinacional da)/Equador

Apesar das preocupações manifestadas nas sessões do GTA ao longo de todo o processo de negociação do ODS 16, os participantes chegaram a um consenso sobre termos e metas cruciais através de diversas concessões. De modo mais específico, alguns países da América Latina e outros países em desenvolvimento priorizaram o "acesso à justiça" no título do objetivo, expressão que alguns deles preferiam ao termo "Estado de Direito". Além disso, foi incluída uma dimensão internacional para a governança e o Estado de Direito (Objetivo16.8). Essa flexibilização da redação incluiu termos específicos, como "corrupção" e "acesso à justiça", como forma de diferenciar a dimensão nacional da internacional – uma distinção importante para alguns países.

Ao mesmo tempo, apesar de haver divisões entre os países da América Latina, um abismo ainda maior separava os países dos chamados Norte e Sul, o que motivou uma ação coletiva entre os países em desenvolvimento. No momento em que as negociações chegaram à Assembleia Geral, os países latino-americanos apresentaram uma posição consensual em favor da adoção do documento final do GTA como a base para um compromisso renovado em torno dos ODS. Dessa maneira, alinharam suas posições individuais às da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

Quadro 3. Declaração Especial da CELAC sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015

No dia 29 de janeiro de 2015, os países membros da CELAC se reuniram em San José, Costa Rica, e reiteraram a importância central de uma agenda de desenvolvimento pós-2015 que seja integrada, transformadora e universal. Além de reconhecerem o documento final do Grupo de Trabalho Aberto como a base para as negociações intergovernamentais, sublinharam a principal conclusão da Rio+20, de que a pobreza é o maior desafio global e uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável. A liderança regional e a soberania nacional estiveram no centro do debate, embora não tenha sido feita menção específica ao ODS 16 ou a seus tópicos relacionados na declaração final do evento. A declaração enfatizou a cooperação sul-sul, incentivando o intercâmbio de tecnologia e a capacitação dentro da região para gerar estatísticas e dados, visando monitorar o progresso nacional e regional.

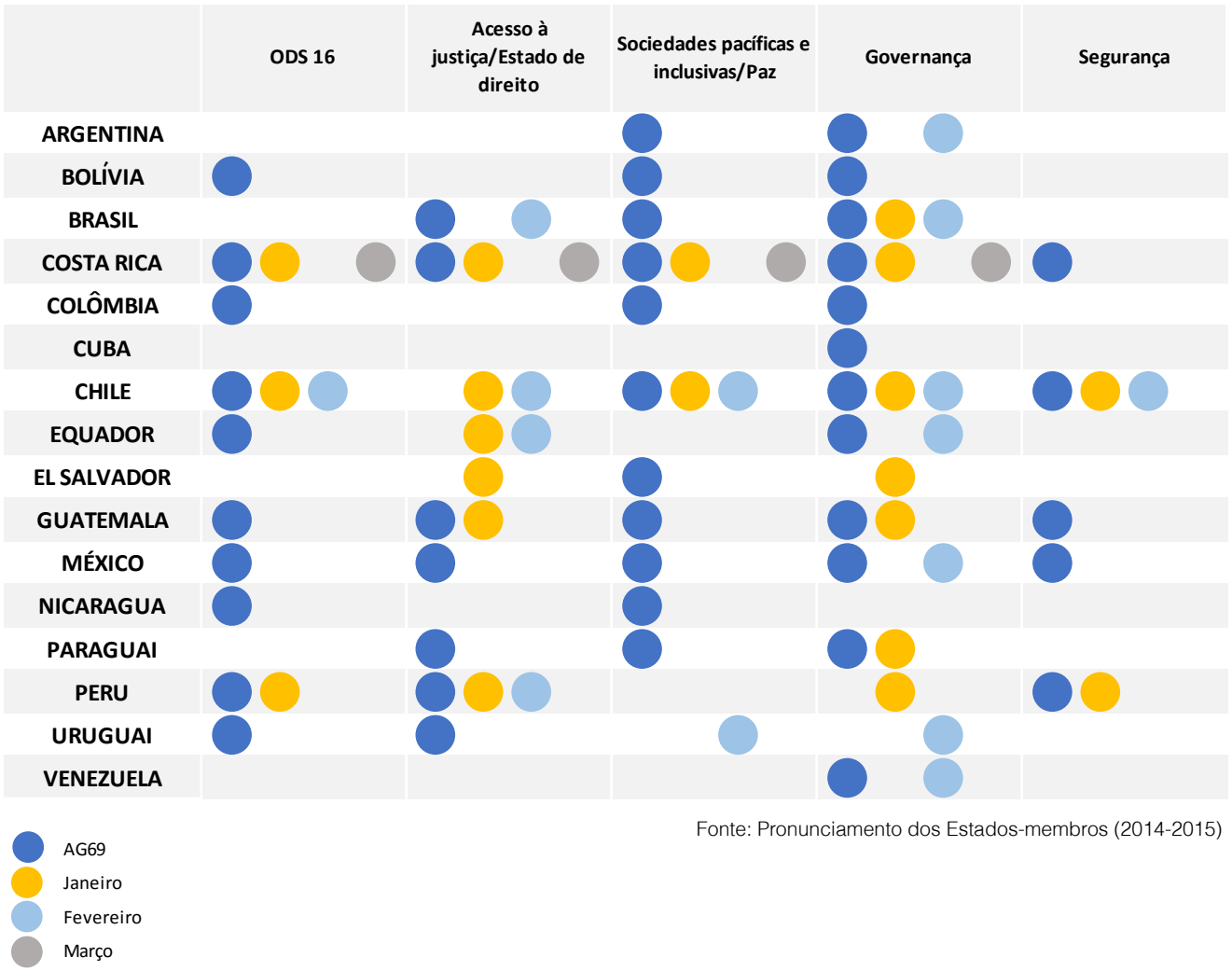
Fonte: CELAC (2015)

Um primeiro passo é entender os pontos de convergência e divergência na região relacionados ao ODS 16. Para que possam fazer frente à série de desafios enfrentados pela América Latina, é fundamental que os países permaneçam plenamente engajados com a agenda. Uma análise de discurso dos pronunciamentos dos países a respeito do ODS 16 proporciona uma visão do grau de apoio (ou ausência de apoio) que seus governos dão a áreas temáticas específicas, revelando de que maneiras os países priorizam temas e quais deles defendem determinadas causas. Uma análise de discurso também pode revelar obstáculos (e aqueles que se opõem a várias áreas temáticas), mostrando-se uma ferramenta poderosa para os processos de implementação e monitoramento.

A análise aqui utilizada se baseia no estudo de 82 pronunciamentos, realizados durante a abertura da 69a Assembleia Geral em setembro de 2014 e no período de negociações intergovernamentais, que transcorreu de janeiro a maio de 2015.[31] A análise enfoca exclusivamente nos pronunciamentos feitos em relação à agenda de desenvolvimento pós-2015, e em particular nos debates sobre objetivos, metas e indicadores. Ela identifica variações nas formas como os países latino-americanos lidaram com subtemas distintos tratados dentro do ODS 16.

Os pronunciamentos dos países na abertura da 69a Assembleia Geral apontam para um compromisso com a paz e a segurança, o Estado de Direito, o acesso à justiça e a boa governança. No entanto, essas prioridades raramente aparecem em pronunciamentos proferidos durante o restante do processo pós-2015 – uma possível indicação de que alguns países decidiram de forma consciente priorizar outras áreas da agenda de desenvolvimento, como a pobreza e a desigualdade.

Tabela 1. Pronunciamento dos países: referências ao ODS 16 e temas relacionados[32]



Fonte: Pronunciamento dos Estados-membros (2014-2015)

31 Coletamos especificamente pronunciamentos de países durante a Sessão de Abertura da 69a Assembleia Geral (24 a 30 de setembro de 2014), a Sessão de Avaliação (19 a 21 de janeiro de 2015), a Sessão de Declaração (17 a 20 de fevereiro de 2015), Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável (23 a 27 de março de 2015), Meio de Implementação e Parceria Global para o Desenvolvimento (21 a 24 de abril de 2015) e Acompanhamento e Revisão (18 a 22 de maio de 2015).

32 Não incluímos as sessões de negociação de abril e maio devido à ausência de pronunciamentos escritos e de referências ao ODS 16 e seus temas. O único país a fazer menção a questões relativas ao ODS 16 durante a sessão de abril foi o Panamá.

A análise qualitativa dos discursos de países latino-americanos indica que há convergência de ideias em torno de várias frentes. Primeiramente, os países da região formaram uma frente única em favor de usar o consenso estabelecido na Rio+20 e o documento final do GTA como a base para as negociações intergovernamentais que ocorreram ao longo de 2015. A erradicação da pobreza é a principal prioridade para todos eles. A inclusão social e a melhoria da desigualdade dentro e entre países, consideradas as causas de conflitos e da insegurança, também são prioridades importantes. O apoio considerável em favor da melhoria da governança no nível internacional reafirma a necessidade de um arcabouço de governança mais inclusivo e participativo, no qual Estados em desenvolvimento tenham participação efetiva e recebam a assistência de que necessitam para a sua capacitação. Acima de tudo, todos os países afirmam de maneira contundente que os objetivos de desenvolvimento sustentável devem ser universais, ao passo que o caminho para os atingir é de responsabilidade dos governos nacionais nos termos dos planos de desenvolvimento nacionais e regionais.

Em vista da aprovação recente do Plano de Ação de Adis Abeba sobre o financiamento do desenvolvimento, a atenção agora se volta para o processo de implementação, ao longo dos próximos 15 anos. Apesar de o Estado deter a responsabilidade primária de cumprir com os objetivos estabelecidos pelos ODS, a sociedade civil, organizações internacionais e setores da iniciativa privada devem desempenhar funções de apoio. Em paralelo, ainda podem ser travados debates políticos em torno do conteúdo exato dos indicadores globais, os quais ainda não foram finalizados. Em outras palavras, chegar a um acordo a respeito da mensuração de marcos de desempenho não é apenas uma questão técnica. Além disso, serão também incluídos indicadores nacionais, e os esforços de capacitação – especialmente aqueles dedicados aos países menos desenvolvidos – são uma fonte de preocupações.

Em relação aos processos de monitoramento e avaliação, os países da região salientam que, apesar de os indicadores globais fornecerem uma indicação do progresso mundial, regiões e países específicos têm seu próprio contexto e prioridades. Por essa razão, agências nacionais de estatísticas e organizações regionais (fornecendo informações de maneira voluntária) desenvolverão os principais indicadores nacionais e regionais que complementarão os indicadores globais. Já que os indicadores resultam de um processo técnico criterioso e são fundamentais na verificação de progresso, é preciso selecioná-los com cuidado. Ao se validar os indicadores errados, corre-se o risco de mascarar vulnerabilidades (por exemplo, dados não desagregados) e prejudicar o processo de monitoramento como um todo.

Desde que as negociações intergovernamentais na Assembleia Geral se iniciaram, em janeiro de 2015, os países da América Latina e do Caribe se apresentam como um grupo regional coeso, emitindo declarações conjuntas por meio da CELAC e se aliando ao Grupo dos 77 e China. Todos os países apoiaram o conteúdo do ODS 16 como definido pelo GTA. Não obstante, há diferenças contextuais sutis entre os países, em

Favela em Salvador, Bahia. Em zonas marginalizadas, pobres e com limitados serviços públicos, também concentram-se taxas de criminalidade mais altas. Foto: Scott Wallace / World Bank

especial no que diz respeito à definição do conceito de Estado de Direito e da mensuração, entre outros, da redução da violência e do combate ao crime organizado.

Podemos categorizar a posição dos países com relação ao ODS 16 em três campos distintos: o dos entusiastas, o dos céticos e o dos defensores reticentes. Entre os entusiastas estão o México, Chile, Guatemala, Costa Rica e, de forma mais contida, Peru. Os céticos incluem a Bolívia, Cuba, Venezuela e Argentina, em certa medida. O campo dos reticentes compreende a maioria dos países da região, incluindo Brasil, Colômbia e Equador. Alguns países, como El Salvador, Honduras, Panamá e Uruguai não têm se pronunciado muito sobre o ODS 16 e temas relacionados, especialmente durantes as negociações intergovernamentais (de janeiro a junho de 2015), mas aparentemente possuem uma posição similar à do grupo dos defensores reticentes.

México, Guatemala, Chile, Costa Rica e (de maneira mais contida) Peru defendem entusiasticamente e priorizam o ODS 16, assim como os seus temas associados. Porém, o Chile, a Costa Rica e o Peru se destacam do grupo por não terem índices de corrupção e violência tão elevados quanto os demais países ou mesmo o resto da região. Na verdade, o Chile apresenta o mais baixo índice de homicídios de região (2,8) enquanto o Peru (6,53) e a Costa Rica (8,76) também têm índices abaixo de 10 homicídios por 100 mil habitantes. Diferentemente dos demais países da região, o grupo dos entusiastas tem defendido o Estado de Direito. Inclusive, o Chile, a Costa Rica, o México e o Uruguai fazem parte do Grupo de Amigos do Estado de Direito.

A Colômbia e o México sofrem com altos níveis de homicídio, uma das consequências das políticas fracassadas da guerra às drogas. O México, cujos níveis de violência associada aos cartéis de drogas subiram nos últimos anos, foi um dos primeiros a apoiar o ODS 16 e, de modo geral, não procurou modificar o conteúdo do objetivo. A Colômbia, que acaba de sair de um longo conflito civil, expressou preocupação com as referências ao comércio ilegal de armas e drogas, especialmente durante as negociações do GTA. A Colômbia argumenta que a inclusão de uma redação nesse sentido serviria apenas para constranger ou "name and shame" alguns países. A Guatemala, que se confronta com sérios desafios impostos por altos níveis de violência, também tem mostrado forte apoio ao ODS 16, e seu entusiasmo a respeito da inclusão de um objetivo centrado na paz, segurança, governança e justiça na agenda pós-2015 é compreensível.

O Brasil assumiu, desde o começo, uma posição cautelosa com relação ao ODS 16. Os representantes do país – juntamente com os da Nicarágua, com quem o Brasil dividiu um assento no GTA – defenderam uma interpretação mais restrita do consenso da Rio+20 e questionaram se um objetivo relacionado à paz, segurança, governança e justiça deveria ser incluído no paradigma de desenvolvimento pós-2015. As principais preocupações do Brasil eram que 1) a inclusão de um objetivo sobre esses temas pudesse promover a securitização do planejamento e a ajuda para o desenvolvimento, desviando recursos que seriam destinados a prioridades sociais e econômicas; 2) em consequência de sua inclusão, entidades que não são escolhidas de forma democrática ou não são representativas (o Conselho de Segurança da ONU, por exemplo) pudessem afetar negativamente sua implementação; 3) alguns dos temas contidos no ODS 16, notavelmente a paz, não eram universais e, portanto, diziam respeito somente a alguns países; e 4) há diferenças claras entre países que estão passando por conflitos e países afetados pelo crime (segundo o argumento brasileiro, a confusão das duas categorias poderia levar a casos indesejados de interferência internacional em assuntos domésticos).

Durante o processo de negociações do GTA, países da ALBA (especialmente Cuba e Venezuela) expressaram ceticismo com relação ao ODS 16. Eles argumentaram que a utilização do consenso obtido na Rio+20 como base para as negociações sobre os ODS ignorava que a segurança era o quarto pilar do desenvolvimento e que não deveria ser convertida em um objetivo separado na agenda pós-2015. Os países da ALBA acrescentaram que o foco em temas "políticos" relacionados à segurança, justiça e governança poderia minar a legitimidade do processo, representando um risco de interferência em assuntos domésticos de Estados soberanos.

Essa posição é típica de países da ALBA e não se restringe à agenda pós-2015. Esses países, unidos por uma ideologia política comum e pela ênfase que dão à erradicação da pobreza e à diminuição de disparidades intrarregionais, costumam contestar fóruns multilaterais que não se baseiam na participação equânime de todos os países. A Argentina adotou uma posição semelhante, criticando o paradigma pós-2015 de forma geral. O país argumenta que a América Latina ainda não formou uma posição comum com relação ao ODS16 e pede uma perspectiva mais abrangente, baseada em direitos que incluam temas como direitos humanos e impunidade

Figura 3. Posicionamentos de países latino-americanos em relação ao ODS 16

Os tons mais escuros de azul indicam apoio ao ODS 16 e a suas metas

Se dividirmos o ODS 16 em quatro temas principais, podemos entender as nuances no posicionamento destes países ao mesmo tempo em que destacamos os principais pontos de convergência. De fato, a principal área em que os países apresentam uma posição comum no paradigma pós-2015 para o desenvolvimento é a defesa de uma dimensão internacional para o Estado de Direito e a governança. Nos temas relativos à proteção e à violência, por exemplo, há uma preocupação comum com a possibilidade de confusão entre as jurisdições nacionais e a internacional.

O Estado de Direito foi um ponto de disputa para os países da AL desde o início do processo de negociação. O Brasil, por exemplo, é a favor de uma visão restrita do Estado de Direito, associando-o ao acesso de todos à justiça – conceito que considera mais adequado para tratar de assuntos que entende como urgentes, entre eles o registro universal de nascimentos e a imparcialidade da justiça. Não é de surpreender que os representantes do Brasil evitem tocar em algumas questões domésticas sensíveis, como a imensa população prisional e o seu tremendo custo para o Estado brasileiro. Para países com o Brasil, o Estado de Direito deveria ganhar um foco internacional, de maneira a sustentar e a manter uma ordem internacional mais justa. Por fim, o conceito de Estado de Direito foi constantemente apontado como uma construção do ocidente com práticas e normas específicas, que podem constituir uma ameaça à jurisdição doméstica.

Tabela 2. A aceitação do ODS 16 e metas relacionadas pela América Latina

	ODS 16	Acesso à Justiça/Estado de direito	Sociedades Pacíficas e inclusivas/Paz	Governança	Segurança
Argentina					
Bolívia					
Brasil					
Costa Rica					
Colômbia					
Chile					
Cuba					
Equador					
El Salvador					
Guatemala					
México					
Nicaragua					
Paraguai					
Peru					
Uruguai					
Venezuela					

Nota: A tabela acima mostra o grau de apoio aos temas principais do ODS 16 para alguns países da região. Ela apresenta a aceitação do conteúdo geral do ODS 16 e de quatro áreas relacionadas: 1. Sociedades pacíficas e inclusivas; 2. Acesso à justiça; 3. Segurança e 4. Instituições efetivas e responsáveis (governança).

As cores mais escuras indicam aceitação mais alta, ao passo que as cores mais claras indicam aceitação mais baixa.

4. Lições para compartilhar: da América Latina para o mundo

Embora ainda enfrente desafios, a América Latina é um polo de lições aprendidas. A região alcançou diversas conquistas em relação aos ODMs e elaborou uma série de boas práticas, especialmente no que diz respeito ao monitoramento e avaliação de seu progresso. Além dos ODMs, muitas das boas práticas podem ser aplicadas diretamente ao ODS 16 e suas metas associadas, em particular à redução da violência. Também estão sendo elaborados programas abrangentes de cooperação sul-sul que podem ser fundamentais para alcançar os ODS.

Crianças tomando sopa, Equador.
Foto: Jaime Martin / Banco Mundial

ODMs: lacunas e lições aprendidas

A América Latina tomou algumas medidas importantes para atingir os ODMs: além do sucesso no alcance de alguns de seus principais objetivos, a região desenvolveu ferramentas e sistemas para monitorar seu progresso. Além disso, a região se beneficiou do alinhamento dos objetivos e metas do milênio com planos nacionais de desenvolvimento, o que cumpriu com o duplo propósito de aumentar sua eficiência e efetividade no alcance dos objetivos ao mesmo tempo em que os adaptou aos contextos e prioridades nacionais.

Uma análise do progresso da América Latina em relação aos ODMs demonstra que os esforços que deram melhores resultados vieram das áreas da redução da pobreza extrema, subnutrição, desnutrição, mortalidade infantil e acesso à água potável.[33] O progresso em outras áreas, tais como educação primária completa, mortalidade materna, igualdade de gênero e saneamento básico, ainda é pouco expressivo.

Tabela 3. Monitoramento dos ODMs na região

	Objetivo 1			Objetivo 2	Objetivo 3	Objetivo 4	Objetivo 5	Objetivo 7	
	Pobreza Extrema	Desnutrição	Subnutrição	Escola Primária	Mulheres no congresso	Mortalidade infantil	Mortalidade materna	Acesso água potável	Acesso a saneamento
America Latina	MODERADO	MODERADO	MODERADO	ALTO	BAIXO	MODERADO	ALTO	ALTO	BAIXO

Meta alcançada ou próxima de ser alcançada
Meta será alcançada se a tendência atual continuar
Meta não será atingida se a meta atual persistir

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), base de dados CEPALSTAT.

Nota:
Países com desenvolvimento humano médio baixo e baixo: Haiti, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Estado Plurinacional da Bolívia.
Países com desenvolvimento humano médio: Colômbia, Republica Dominicana, El Salvador e Paraguai.
Países com desenvolvimento humano médio alto: Brasil, Equador Republica Bolivariana da Venezuela, Peru e Panama.
Países com desenvolvimento humano alto: Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, México e Uruguai.

33 CEPAL (2013, p. 12)

Apesar das deficiências em algumas áreas, podemos tirar lições importantes sobre os mecanismos de monitoramento implementados pelos países da região para mensurar o progresso no cumprimento dos ODMs. Entre as ações implementadas, destacamos a coordenação interinstitucional, o alinhamento com os planos nacionais de desenvolvimento e a produção de dados desagregados subnacionais. Esses esforços contribuíram para melhorar a qualidade da produção estatística e incentivou o uso eficiente de estatísticas e dados pelas autoridades políticas ao planejar políticas públicas destinadas a alcançar as ODM.

A coordenação entre agências dentro dos governos nacionais continuará a ser de extrema importância no processo de monitoramento e avaliação pós-2015. As ferramentas de coordenação incluem plataformas intersetoriais, comitês, mesas-redondas e forças-tarefa formadas por representantes de diferentes ministérios e departamentos. Além de melhorar a relevância, cobertura e qualidade estatística, esses mecanismos promoveram uma abordagem institucional integral para o desenvolvimento e contribuíram para garantir transparência ao processo. Os dividendos destas ações se estendem para além dos ODMs.

O monitoramento no nível subnacional foi essencial para analisar diferenças regionais. Médias e dados nacionais agregados podem mascarar diferenças geográficas e, o que é mais grave, mascarar desigualdades no interior e entre populações. A produção e a gestão de dados subnacionais é crucial na identificação e análise de desafios que podem não ser aparentes de forma agregada. Essa prática permite a elaboração de programas e políticas mais adequados às principais necessidades de um país e a distribuição mais eficiente de recursos. Além disso, diversos países na região desenvolveram sistemas e plataformas on-line garantindo maior acesso ao público e contribuindo para monitoramento dos impactos das políticas implementadas.

Tabela 4. Boas práticas no monitoramento e avaliação dos ODM

	Coordenação Interinstitucional	Metadados	Nível subnacional	Sistemas online de informação	Alinhamento com Planos Nacionais
Argentina	■	■	■	■	
Bolívia	■	■		■	■
Brasil			■	■	■
Colômbia		■	■	■	■
Costa Rica		■		■	■
Cuba		■			
República Dominicana		■		■	
Equador					■
El Salvador		■	■		
Guatemala		■			
Honduras		■	■	■	
México		■		■	
Panamá		■		■	
Paraguai				■	
Peru		■		■	
Venezuela	■	■		■	

Fonte: CEPAL, 2013.

*As células em amarelo indicam a produção de ao menos um relatório subnacional sobre os ODM

Certamente ainda existem algumas limitações relacionadas à capacidade desses países de produzir informação consistente de maneira regular. Provavelmente, parte dessas limitações continuarão existindo na agenda de desenvolvimento pós-2015, e deveria ser uma prioridade identificá-las e solucioná-las.

Ainda restam lacunas de informação em áreas consideradas prioritárias, particularmente estatísticas sobre meio ambiente e gênero. Será preciso um esforço concentrado na produção de dados desagregados por gênero, raça, idade e outros elementos de mensuração para o paradigma de desenvolvimento pós-2015. Uma maior coordenação entre agências, capacitação e recursos ajudará a preencher essas lacunas.

Quadro 4. Lições aprendidas sobre os ODMs a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento da Colômbia para 2014-2018

O atraso de cinco anos para que a Colômbia integrasse os ODMs a seu Plano Nacional de Desenvolvimento não se repetirá no processo dos ODS. Desta vez, há um paralelo entre o Plano de Desenvolvimento Nacional (2014-2018) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas metas, incluindo um único pilar para paz, segurança, justiça e governança como estratégias setoriais para o desenvolvimento. Uma comissão interinstitucional e uma abordagem subnacional (utilizando um índice de desenvolvimento inter-regional) ajudaram a ressaltar as desigualdades e diferenças geográficas mascaradas pelas médias nacionais.

Com relação ao ODS 16, o Plano Nacional de Desenvolvimento da Colômbia priorizou:

- Segurança cidadã: políticas públicas baseadas na prevenção, sistemas aprimorados de informação sobre antecedentes criminais, reconhecimento da importância crucial das áreas rurais.
- Segurança pública: ação armada contínua contra grupos armados ilegais, proteção de infraestrutura, segurança eletrônica.
- Justiça: fortalecimento do sistema judicial, elaboração de métodos alternativos de solução de disputas e troca de informações como uma maneira de reforçar a centralidade da Justiça no contexto colombiano pós-conflito.
- Democracia: fortalecimento da participação dos cidadãos, políticas anticorrupção, promoção de transparência e acesso à informação.
- Defesa: preservação da soberania e das fronteiras nacionais

Fonte: Ministério Colombiano de Relações Exteriores (2015); Relatório dos Diálogos sobre a Segurança Cidadã (2015) [34]

Indicadores sobre violência, segurança, acesso à Justiça e governança

Os países da região elaboraram ainda indicadores próprios para a mensuração e verificação de progresso na redução da violência, que serão cruciais para medir e avaliar de forma precisa seu progresso com relação ao ODS 16. O Brasil, a Colômbia e o México – os três países latino-americanos participantes do Grupo de Especialistas Interagências sobre os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDG) – podem desempenhar um papel central nesse sentido. O grupo, constituído por agências de estatísticas nacionais, foi encarregado pela Comissão Estatística das Nações Unidas de criar um quadro de indicadores para o monitoramento global de objetivos e metas ao longo do período entre 2015 e 2030.

Sistemas eficientes de monitoramento da violência não monitoram apenas o número ou a frequência de homicídios e o local onde ocorrem, mas também procuram complementar essas informações usando uma abordagem de saúde pública[35] ou incorporando indicadores relacionados a Estado de Direito, justiça e segurança.[36] Esse arcabouço de monitoramento em vários níveis representa uma mudança significativa, de uma orientação mais estrita, baseada no policiamento, para uma orientação mais abrangente, envolvendo um conjunto de instrumentos para medição e monitoramento.

34 As informações do quadro se baseiam em uma apresentação do Ministério de Relações Exteriores da Colômbia durante as negociações intergovernamentais em torno da agenda pós-2015, em março de 2015; parte das informações é proveniente de uma apresentação do Departamento Nacional de Desenvolvimento durante os Diálogos sobre a Segurança Cidadã, evento regional realizado em Bogotá em 16 e 17 de abril de 2015 pelo Instituto Igarapé e pela Fundación Ideas para la Paz. (Ver https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/13299presentationcolombia.pdf)

35 Organização Mundial da Saúde (2010).

36 Genera Declaration (2015).

Quadro 5. Mensuração de paz, justiça, governança e segurança antes do ODS 16

Alguns países e organizações regionais e internacionais têm medido tópicos relacionados ao ODS 16 há anos. Segue uma lista resumida:

- Grupo de Governança, Paz e Segurança da Harmonização das Estatísticas na África (SHaSa).
- Avaliação da Governança de Ruanda.
- Objetivo de Desenvolvimento do Milênio 9: Albânia e Mongólia, sobre política inclusiva, Afeganistão, sobre segurança, e Laos, sobre a redução do impacto de materiais bélicos não detonados.
- No Peru, pesquisas domésticas sobre democracia, corrupção e eficiência dos serviços públicos.
- Pesquisa de Coesão Social (México), Pesquisa de Prevenção da Violência (México), Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJBrasil) e Índice de Democracia Nacional (Indonésia).

Vários países da região possuem sistemas bem desenvolvidos para o monitoramento e a divulgação de temas relacionados ao ODS 16. O Instituto Nacional de Estatística e Informática do Peru, INEI, tem medido a governança no país há 12 anos. O INEGI mexicano possui uma base de dados abrangente e desagregada de indicadores sobre governança, vitimização e acesso à justiça que inclui microdados e combina indicadores baseados em percepção e em fatos. Desde 2009, o Índice de Confiança na Justiça Brasileira (ICJBrasil),[37] criado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem coletado e divulgado dados trimestrais e procurado aferir a efetividade institucional por meio de uma medida da confiança do público, ao mesmo tempo em que analisa seu engajamento com o sistema judicial.

Uma experiência pioneira no México é a Pesquisa de Coesão Social e de Prevenção da Violência, conduzida em 47 comunidades com o objetivo de gerar subsídios para políticas de prevenção da violência por meio de uma investigação do que afeta os jovens, o contexto familiar, a confiança entre vizinhos, entre outros fatores. Outras iniciativas promovidas por países da América Latina para criar sistemas de alerta antecipado, observatórios de criminalidade e sistemas de vigilância de lesões também têm sido bem-sucedidas. O Centro de Pesquisa sobre a Saúde e a Violência da Universidad del Valle (CISALVA)[38], na Colômbia, tem desenvolvido sistemas integrados para contabilizar homicídios, incluindo um sistema de indicadores padronizados sobre segurança cidadã que foi adotado pelos governos municipais de Bogotá e Cali e que contribuiu para reduzir de modo significativo as taxas de homicídio.[39]

Esses são apenas alguns exemplos de como diversos países latino-americanos reconheceram a importância de se incluir tanto indicadores objetivos (por exemplo, o número de homicídios) quanto subjetivos (por exemplo, dados de pesquisas de opinião). Essa gama de experiências combina tipos diferentes de indicadores que capturam mudanças em temas-chave, incluindo o desempenho de governos, a confiança da população nas instituições e os resultados de políticas públicas, além de indicadores baseados em fatos. Quando analisados em conjunto, eles podem ser úteis para fornecer subsídios à IAEG-SDG e auxiliar outros países na criação de indicadores sobre governança, acesso à justiça e segurança, ao mesmo tempo em que monitoram progresso no nível nacional.

O ODS 16, em particular, pode se tornar um divisor de águas em termos de abordagem direta e de potencial reversão do quadro de insegurança na América Latina e no Caribe. No entanto, para que essa promessa se torne realidade, é necessário que uma abordagem criteriosa, baseada em evidências, para a seleção e integração de sistemas apropriados se torne uma prioridade na implementação dos programas da agenda pós-2015.

37 Ver: http://direitosp.fgv.br/en/publicacoes/icj-brasil. Acesso: 22/05/2015.

38 Ver:http://grupocisalva.univalle.edu.co/InstitutoCisalva/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=33. Acesso: 22/05/2015.

39 Apesar de não ser um projeto latino-americano, outra iniciativa recente digna de nota é o WJP Open Government Index, do World Justice Project. Visando medir o grau de abertura dos governos, o WJP está coletando dados em 102 países sobre a percepção do público e sua atitude com relação ao governo. O Índice reúne e organiza dados a partir de informações tais como a divulgação de leis, o acesso do público à informação, o grau de participação dos cidadãos e a disponibilidade de mecanismos para a solução de controvérsias. O índice permite visualizar os dados por região, país, gênero ou status socioeconômico. O WJP fez algo semelhante com o Rule of Law Index. Esses índices, ou variantes, seriam ideais para agrupar indicadores objetivos e medições subjetivas na fase de implementação da agenda pós-2015, especialmente em vista do fato de que esses índices se alinham a duas áreas-chave do ODS 16: acesso à justiça (em outras palavras, Estado de Direito) e boa governança (em outras palavras, transparência/abertura).

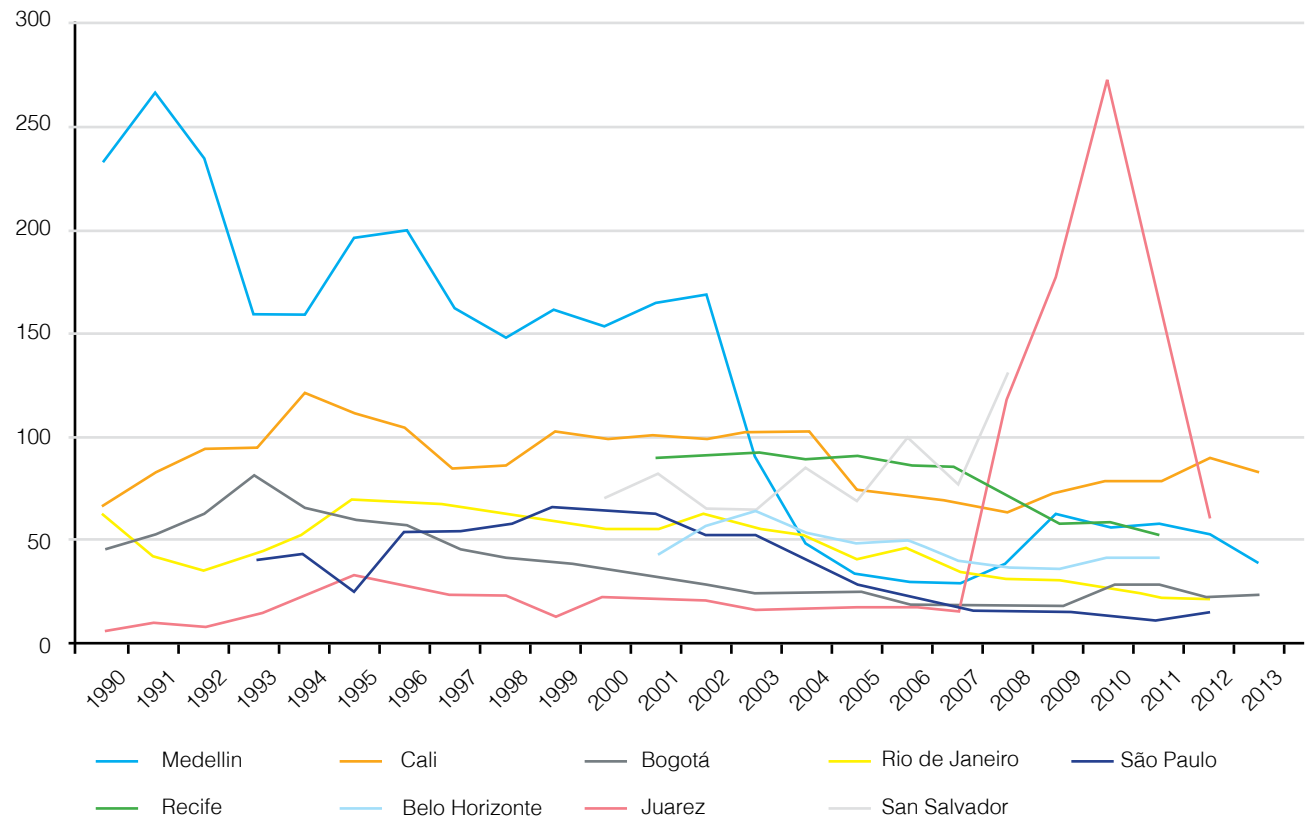
Prontos para a implementação?

Embora a América Latina seja a região mais violenta do mundo, ela também é um polo de concentração de boas práticas para a solução da insegurança. Esse conhecimento regional será crucial para a implementação do ODS 16.1 em particular e do ODS 16 de forma mais geral.

A região tem vivido uma expansão da cooperação intrarregional em torno de iniciativas de segurança cidadã em um período em que a ajuda do Norte diminuiu de modo considerável.[40] Como tem sido evidenciado pelo fracasso das soluções militarizadas de combate a atividades criminosas (na maioria das vezes associadas ao tráfico de drogas), uma nova abordagem – na verdade, um novo paradigma de desenvolvimento – se faz necessária.

Várias cidades por toda a região experimentaram uma queda gradativa nas taxas de homicídio. No Brasil, São Paulo apresenta as reduções mais expressivas: de 2002 a 2012, o índice de homicídios caiu 76%.[41] Rio de Janeiro e Recife também apresentaram reduções significativas durante o período – de 60% e 53%, respectivamente. Na Colômbia, o índice caiu 75% no período de 2000 a 2013, enquanto em Juarez, no México, os esforços do governo levaram a reduções semelhantes, de 165 homicídios por 100 mil habitantes em 2011 para 61 em 2012 – uma queda de 63%.

Figura 4. Taxas de homicídio em cidades-chave da América Latina[42]



Fonte: Instituto Igarapé (2015)

40 Muggah e Szabó (2014).
41 Instituto Igarapé (2015).
42 Gráfico criado por Katherine Aguirre, pesquisadora do Instituto Igarapé.

Embora sejam indicadores importantes, os índices de homicídios são insuficientes para avaliar o ambiente de violência. Ainda assim, esses índices mostram que algumas cidades latino-americanas foram bem-sucedidas na diminuição da violência letal. Temos como exemplo as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, o Plano Cuadrantes em Bogotá e o Pacto pela Vida em Recife, entre muitos outros.[43] Tais políticas e programas são frequentemente implementados nos níveis municipal e estadual, e há iniciativas semelhantes em muitos países da região. Estas incluem medidas voltadas para as áreas mais violentas, estratégias que enfocam grupos de risco, intervenções na educação e no mercado de trabalho e políticas de desenvolvimento social que lidam com as causas da criminalidade e da violência.

Essas experiências colocam alguns países da América Latina em condições muito favoráveis para começar imediatamente o trabalho de implementação dos objetivos do ODS 16. Além disso, muitas dessas inovações da América Latina constituem um modelo já utilizado e que pode servir para outros países e cidades da região (e de outras partes do mundo) que se confrontam com desafios semelhantes na área de segurança pública. Elas têm em comum a união de agendas de desenvolvimento e de segurança por meio de intervenções focalizadas, usando a presença contínua do Estado em áreas marginalizadas e mal atendidas.

Reflexões finais

A inclusão de um objetivo para a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas é uma conquista notável e um primeiro passo necessário, que pavimentou o caminho para que se possa abordar a insegurança – e talvez revertê-la – em muitos lugares ao redor do mundo. Essa inclusão também contribuirá para a formação de estratégias de desenvolvimento nacionais mais abrangentes, que levem em consideração temas transversais como a violência e a injustiça. A despeito de diferenças nas prioridades nacionais, há um mínimo de consenso sobre as prioridades regionais mais importantes e o caminho para sua implementação. Enquanto a erradicação da pobreza e da desigualdade permanecem centrais, há também um crescente foco na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas.

Os países da região deram ênfases diferentes ao ODS 16 e suas metas durante o processo de negociação da Agenda 2030. Diferentes formas de conceitualizar a paz e o Estado de Direito são pontos de discordância para os países da região, embora por razões distintas. Como há somente um "conflito" ativo na região, a ênfase na "paz" não está no topo da prioridade regional para esta agenda. O Estado de Direito é considerado um conceito anglófono e potencialmente intervencionista. Como alternativa, alguns países da região optaram pela ênfase no "acesso à justiça", especialmente as condições sociais e econômicas que geram injustiça.

Com o encerramento das negociações, os países agora se voltam aos desafios de implementação e monitoramento relacionados ao ODS 16. Serão necessários diversos sistemas para o monitoramento do ODS 16 e suas metas. Uma revisão dos sistemas de monitoramento existentes e das boas práticas nos campos da justiça criminal, saúde pública e resolução de conflitos é um bom ponto de partida. Enquanto a América Latina enfrenta muitos desafios, concentra diversas lições aprendidas com relação à mensuração do crime, da violência e da vitimização. Países, estados e cidades estabeleceram observatórios e sistemas de monitoramento de relevância global. A Agenda 2030 proporciona uma oportunidade para que boas práticas atuais evoluam, se aprimorem e sejam compartilhadas.

43 Instituto Igarapé (2014)

Referências

Attree, L., Suri, S. e Wheeler, T. (2015). *Zero or hero? What does the 'zero draft' of the world's new development framework do for peace?* Saferworld Briefing.

Banco Mundial (2011). *World Development Report 2011: Conflict, Security and Development.* Washington D.C, Banco Mundial.

Brinkman, H. J.; Attree, L. e Hezir, S. (2013) *Addressing horizontal inequalities as drivers of conflict in the post 2015 development agenda.* Saferworld/UN PBSO.

Civil Society Platform for Peacebuilding and Statebuilding. (2015) *Post 2015, Goal 16 and Lessons on Indicators: Civil Society Perspectives from the New Deal Work on Indicators. Saferworld.* Disponível em: http://www.saferworld.org.uk/resources/ view-resource/886-post-2015-goal-16-and-lessons-onindicatorscivil-society-perspectives-from-the-new-deal-workon-indicators. Accesso: 09/06/2015.

Economic Commission for Latin America and the Caribbean (2015). *Sustainable Development in Latin America and the Caribbean.* Follow-up to the United Nations development agenda beyond 2015 and to Rio +20. Disponível em: http://www.cepal.org/en/publications/3184-sustainabledevelopment-latin-america-and-caribbean-follow-unitednations.

Geneva Declaration (2015). *Every Body Counts: Measuring Violent Deaths.* Research Note no. 49

Igarapé Institute (2015). *Homicide Monitor.* Disponível em: homicide.igarape.org.br.

Instituto Igarapé (2014). *Tornando as cidades brasileiras mais seguras.* Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã. Rio de Janeiro, Instituto Igarapé.

Muggah, R.; Campbell, I.; Hamann, E.; Diniz, G. e Motta, M. (2013). *Promoting peace in the post 2015 framework: the role of rising powers*. Saferworld.

Muggah, R.; Campbell, I.; Hamann, E.; Diniz, G. e Motta, M. (2013). *A Promoção da Paz no Contexto Pós 2015: o Papel das Potências Emergentes.* Rio de Janeiro, Instituto Igarapé.

Muggah, R.; Cerqueira, D.; Peres, M. F. e Lima, R. (2014). "Defendendo mais paz, segurança e justiça na Agenda Pós-2015 da ONU". *8° Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, pp. 124-133.

Muggah, R. e Giannini, R. (2014). *Promovendo Ambientes Propícios ao Desenvolvimento Sustentável: a centralidade do objetivo 16 para o pós-2015.* Rio de Janeiro, Instituto Igarapé.

Muggah. R. e Szabó, I. (2014). *Changes in the neighborhood: reviewing Latin American citizen security initiatives.* Rio de Janeiro, Instituto Igarapé.

Nações Unidas (2013). *A New Global Partnership: eradicate poverty and transform economies through sustainable development.* The Report of the High Level Panel of eminent Persons on the Post-2015 development agenda. Disponível em: http://www.post2015hlp.org/wp-content/uploads/2013/05/UN-Report.pdf.

Nações Unidas (2013). *Corporate Sustainability and United Nations Post-2015 Development Agenda: Perspectives from UN Global Compact Participants on Global Priorities and how to engage business towards sustainable development goals.* United Nations Global Compact. Relatório para o Secretário Geral das Nações Unidas. Disponível em: http://www.unfoundation.org/assets/pdf/global-compact-report-1.pdf.

Nações Unidas (2014). *A compendium of issues briefs prepared by the United Nations inter-agency technical support team for the United Nations General Assembly Open Working Group on Sustainable Development Goals.* Sustainable Development Knowledge Platform.

Nações Unidas (2014). *Transforming our world: the 2030 Agenda for sustainable Development.* GA. Res. 69/244. Sustainable Development Knowledge Platform. Disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/7891TRANSFORMING%20OUR%20WORLD.pdf

Nações Unidas (2015). *The Addis Ababa Agenda of the Third International Conference on Financing for Development.* Disponível em: http://www.un.org/esa/ffd/ffd3/wp-content/uploads/sites/2/2015/07/Addis-Ababa-Action-Agenda-Draft-Outcome-Document-7-July-2015.pdf

Observatório Brasil e o Sul (2015). *Agenda de desenvolvimento pós 2015.*

PNUD (2015). *Sourcebook on Measuring Peace, Justice and Institutions: Report of the Virtual Network of Stakeholders for the Development of Indicators on Peaceful Societies, Justice and Effective Institutions for SDG 16- the indicators we want.* Nova York, Nações Unidas.

Saferworld (2015). *Measuring Peace from 2015: An indicator framework at work.* March 2015 Briefing.

Saferworld (2013). *A Vision of Goals, Targets and Indicators: Addressing conflict and violence from 2015.*

Saferworld (2014). *Peace and the Post 2015 Agenda: Understanding the Brazilian Perspective.* June 2014 Briefing.

Stockings, P. (2013). *Good practices in monitoring and reporting on the Millennium Development Goals: National lessons from Latin America.* Santiago, United Nations.

Sustainable Development Solution Network (2015). *Indicators and a Monitoring Framework for Sustainable Development Goals Launching a data revolution for the SDGs.* Esboço de trabalho revisado.

UNODC (2013). *Accounting for Security and Justice in the Post-2015 Development Agenda.* New York, United Nations.

Conselho Econômico e Social da ONU (2015). *Report of the Friends of the Chair Group on broader measures of progress* E/CN.3/2015/2

Secretário Geral da ONU (2015). *The Road to Dignity by 2030: Ending Poverty, Transforming All Lives and Protecting the Planet*. Nova York, United Nations.

Outras publicações do Instituto Igarapé

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

ARTIGO ESTRATÉGICO 16

Políticas de Drogas no Brasil: A Mudança já Começou

Ilona Szabó de Carvlho e Ana Paula Pellegrino

(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 15

Nuevos retos y nuevas concepciones de la seguridad en México

Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana

(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 14

A 'Third Umpire' for Policing in South Africa – Applying Body Cameras in the Western Cape

David Bruce and Sean Tait

(Março de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 13

Brazil and Haiti: Reflections on 10 Years of Peacekeeping and the Future of Post-2016 Cooperation

Eduarda Passarelli Hamann (org.)

(Janeiro de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 12

Measurement Matters: Designing New Metrics for a Drug Policy that Works

Robert Muggah, Katherine Aguirre e Ilona Szabó de Carvalho

(Janeiro de 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 11

Desconstruindo a segurança cibernética no Brasil: ameaças e respostas

Gustavo Diniz, Robert Muggah e Misha Glenny

(Dezembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 10

Expansão Digital: como as novas tecnologias podem prevenir a violência contra crianças nos países do hemisfério sul

Helen Mostue e Robert Muggah

(Novembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 9

Promover Gênero e Consolidar a Paz: A Experiência Brasileira

Renata Giannini

(Setembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 8

Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras: Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã

Michele dos Ramos, Robert Muggah, José Luiz Ratton, Clarissa Galvão, Michelle Fernandez, Claudio Beato, Andréa Maria Silveira, Melina Ingrid Risso e Robson Rodrigues.

(Julho de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 7

Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America

Robert Muggah e Ilona Szabó de Carvalho

(Março de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 6

Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias

Robert Muggah e Gustavo Diniz

(Janeiro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 5

Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional

Robert Muggah e Gustavo Diniz

(Outubro de 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 4

To Save Succeeding Generations: UN Security Council Reform and the Protection of Civilians

Conor Foley
(Agosto 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 3

Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann
(Janeiro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 2

A Fine Balance: Mapping Cyber (in)security in LatinAmerica

Gustavo Diniz e Robert Muggah
(Junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1

Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Civis em Missões Internacionais

Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2012)

NOTAS ESTRATÉGICAS

NOTA ESTRATÉGICA 19 - **A Força de uma Trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)**
Eduarda Passarelli Hamann (Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 18 - **Implementing UNSC Resolution 1325 in Brazil: surmounting challenges and promoting equality**
Renata A. Giannini, Mariana Lima and Pérola Pereira (Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 17 - **A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: visão de mundo e narrativas do Brasil**
Eduarda Passarelli Hamann (Maio 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 16 - **Break Your Bones: mortality and morbidity associated with Haiti's Chikungunya epidemic**
Athena R. Kolbe, Augusta Herman and Robert Muggah (Julho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 15 - **New Technologies for Improving Old Public Security Challenges in Nairobi**
Mads Frilander, Jamie Lundine, David Kutalek and Luchetu Likaka (Junho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 14 - **O Despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre politica de drogas**
Ilona Szabó de Carvalho (Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 13 - **The Changing Face of Technology Use in Pacified Communities**
Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kossyln and Felipe Leusin (Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 12 - **A Inserção de Civis Brasileiros no Sistema ONU: oportunidades e desafios**
Renata Avelar Giannini (Janeiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 11 - **A Diáspora Criminal: o alastramento transnacional do crime organizado e as medidas para conter sua expansão**
Juan Carlos Garzón Vergara (Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 10 - **Smarter Policing: tracking the influence of new information technology in Rio de Janeiro**
Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn and Felipe Leusin (Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 9 - **Is Tourism Haiti's Magic Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism Potential**
Athena R. Kolbe, Keely Brookes and Robert Muggah (Junho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 8 - **Violencia, Drogas y Armas ¿Otro Futuro Posible?**
Ilona Szabó de Carvalho, Juan Carlos Garzón and Robert Muggah (Julho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 7 - **A Promoção Da Paz No Contexto Pós-2015: o papel das potências emergentes**
Robert Muggah, Ivan Campbell, Eduarda Hamann, Gustavo Diniz and Marina Motta (Fevereiro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 6 - **After the Storm: Haiti's coming food crisis**
Athena Kolbe, Marie Puccio and Robert Muggah (Dezembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 5 - **Brazil's Experience in Unstable Settings**
Eduarda Passarelli Hamann and Iara Costa Leite (Novembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 4 - **Cooperação Técnica Brasileira**
Iara Costa Leite and Eduarda Passarelli Hamann (Setembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 3 - **A Experiência do Brasil em Contextos Instáveis**
Eduarda Passarelli Hamann and Iara Costa Leite (Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 2 - **The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti (Aug 2011 - Jul 2012)**
Athena R. Kolbe, Robert Muggah and Marie N. Puccio (Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 1 - **Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Households Surveys (Aug 2011 - Feb 2012)**
Athena R. Kolbe and Robert Muggah (Março 2012)

IGARAPÉ INSTITUTE
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado às agendas da segurança, da justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) cidades seguras; (iv) consolidação da paz; e (v) segurança cibernética. O Instituto Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, com representação em Bogotá, Cidade do México, Lisboa e outras partes do mundo.

Instituto Igarapé

Rua Conde de Irajá, 370

Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22271-020

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

Layout: Raphael Durão - Storm Design

ISSN 2359-098X